

O JOGO NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO MORAL.

Bianca Emanuele Ilkiu França
Universidade Estadual de Londrina.

Ana Cláudia Saladini
Universidade Estadual de Londrina.

Resumo

A Educação Física, componente curricular obrigatório na Educação Básica, caracteriza-se por contribuir no que diz respeito a conhecer-se enquanto corpo em ação sobre o mundo. O componente também possui em seu contexto histórico uma relação com o desenvolvimento moral, em que se acredita que as atividades realizadas em grupo durante as aulas podem garantir que a criança desenvolva sua socialização e moralidade. Dentre essas atividades, os jogos são reconhecidos no meio pedagógico por possibilitarem que o estudante aprenda e se desenvolva de forma lúdica, trazendo contribuições nos aspectos cognitivos, sociais, afetivos e morais. Sendo assim, a pesquisa buscou responder a seguinte questão: De que forma os jogos podem contribuir para o desenvolvimento moral dos estudantes nas aulas de Educação Física?. Como objetivo geral, pretendeu identificar, nas aulas de Educação Física, as possíveis contribuições dos jogos para o desenvolvimento moral dos estudantes. Para atingir nosso objetivo, realizamos uma pesquisa bibliográfica em fontes que tratam diretamente de estudos apoiados na Epistemologia Genética e o Desenvolvimento Moral. Após nossos estudos, concluímos que o jogo pode contribuir para o desenvolvimento moral dos estudantes nas aulas de Educação Física a partir da intervenção feita pelo professor junto aos alunos, e da forma como ele se relaciona e organiza o ambiente sociomoral. Quando temos um ambiente sociomoral predominantemente autocrático, o desenvolvimento moral alinha-se com a moral heterônoma. Já em um ambiente democrático, está alinhado a uma moral autônoma.

Palavras-chave: Educação Física, Jogos, Intervenção Docente, Desenvolvimento Moral.

Introdução

A Educação Física, componente curricular obrigatório na Educação Básica, caracteriza-se por contribuir no que diz respeito a conhecer-se enquanto corpo em ação sobre o mundo, e construir movimentos que podem ser realizados em diferentes dimensões. O componente curricular também contribui no processo dos estudantes se conhecerem como sujeitos que produzem os elementos culturais e históricos como os jogos, danças, lutas, esportes, ginásticas e práticas corporais de aventura.

Dentre as unidades temáticas definidas pela Base Nacional Comum Curricular (2017) para as aulas de Educação Física, a unidade Brincadeiras e jogos tematiza as práticas corporais que não possuem um conjunto de regras estáveis, podendo ser recriadas e ressignificadas em diferentes locais, regiões e contextos. Possuindo características que permitem que o estudante explore diferentes possibilidades, os jogos são objetos de estudo recorrentes na área educacional e do desenvolvimento da criança.

Os jogos são reconhecidos no meio pedagógico por possibilitarem que o estudante aprenda e se desenvolva de forma lúdica, trazendo contribuições nos aspectos cognitivos, sociais, afetivos e morais. Em seus estudos direcionados aos estágios de desenvolvimento cognitivo da criança, Jean Piaget (1994) utilizou dos jogos para analisar de que forma as crianças assimilavam e respeitavam as regras, e a relação dessa assimilação com a moralidade, que diz respeito aos valores e princípios que o ser humano considera ao realizar suas ações no cotidiano, aquilo que define como o certo e errado. Esses valores não são intrínsecos ao sujeito, mas se constroem a partir de sua interação com os diversos meios que convive, inclusive a escola, que possui um papel fundamental no desenvolvimento moral dos estudantes pelas possibilidades de convivência que oferece.

Baseado em fontes que tratam diretamente de estudos apoiados na Epistemologia Genética de Jean Piaget e o Desenvolvimento Moral, este trabalho tem por objetivo identificar, nas aulas de Educação Física, as possíveis contribuições dos jogos para o desenvolvimento moral dos estudantes.

Metodologia

Essa pesquisa se caracterizou por uma pesquisa bibliográfica. Segundo Lakatos & Marconi (1990), essa metodologia permite ao pesquisador ter contato com os principais trabalhos realizados sobre o assunto, que são “revestidos de importância por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados com o tema” (p.71).

Segundo as autoras, a pesquisa bibliográfica abrange toda bibliografia já tomada pública em relação ao tema de estudo. Ou seja, pode ser realizada em diversas fontes, como: jornais; revistas; publicações; entre outras. Dessa forma, as fontes escolhidas para o nosso trabalho foram organizadas em três temas: 1. Desenvolvimento moral baseado no aporte teórico piagetiano (DE LA TAILLE, 2007; VINHA, 2000; TOGNETTA & VINHA, 2009); 2. Desenvolvimento moral nas aulas de Educação Física (SILVA, 2009; LIMA, 2016); e 3. A relação dos jogos com o desenvolvimento moral (CAETANO, 2014; CAIADO, 2012).

Discussão e resultados

Desenvolvimento moral nas aulas de Educação Física

Os comportamentos e ações dos seres humanos são orientados por valores e princípios, pois em nosso cotidiano estamos o tempo todo fazendo considerações e questionamentos sobre o outro. Isso está relacionado com o desenvolvimento de nossas crenças, convicções e sentimentos, o que Piaget (1977), chamou de desenvolvimento moral. A consciência moral começa a se desenvolver ainda na infância, não sendo intrínseca ao indivíduo, pois se constrói a partir de sua interação com os diversos meios e indivíduos que convive, inclusive a escola (VINHA, 2000).

A escola, além de ser um local de formação acadêmica, é um complexo cenário de convivência, formado por redes sociais de participação. Sendo assim, o ambiente escolar possui um papel fundamental no desenvolvimento humano, e a razão desse fato está na importância da relação com o outro na constituição da identidade do estudante. Caetano (2014, p. 784) afirma que “a escola se revela como

espaço de grandes possibilidades para proporcionar o desenvolvimento moral dos seus educandos, pelas interações que oferece.

Sabendo que o desenvolvimento moral se constrói nas diversas relações estabelecidas pela criança com o meio, a escola e os componentes curriculares do projeto pedagógico curricular deverão ocupar-se em seu cotidiano com a temática da convivência e sua relação com o desenvolvimento moral. Devries e Zan (2018) afirmam que “(...) a escola influencia o desenvolvimento social e moral quer pretenda fazer isso ou não. Os professores comunicam continuamente mensagens sociais e morais enquanto dissertam para as crianças sobre regras e comportamentos (p.35).

A fim de estudar a respeito do tema desenvolvimento moral, tomamos como fundamento as produções que tratam desse campo na área da Educação Física, definida pela LDBEN-9.394/96 como um componente curricular obrigatório durante a Educação Básica. A área possui em seu contexto histórico uma relação com o desenvolvimento moral pois, desde seu surgimento como ginástica, esperava-se que, a partir das práticas corporais, se pudesse disseminar normas e comportamentos para as várias camadas da sociedade (GHIRALDELLI, 1991).

Nos diferentes períodos históricos, a Educação Física permaneceu relacionada com o desenvolvimento moral do sujeito, mantendo-se até os dias de hoje. As práticas corporais foram utilizadas ao longo do tempo com diferentes significados, como por exemplo: responsável por fazer com que os indivíduos se identificassem como sujeitos patrióticos, que se arriscariam em guerras para defesa de seu país. Além de também servir para controle da população, para que os sujeitos se mantivessem comedidos e disciplinados (SOARES, 1990). A partir de uma nova perspectiva de sujeito complexo pensada a partir da década de 80, a Educação Física passaria a entender o indivíduo e sua corporeidade como parte de um todo, que inclui sua “cultura, história da época, a política, a ação ética e moral” (SILVA, 2009, p.85).

Enquanto professores de Educação Física nos apoiamos na Ciência da Motricidade Humana, proposta pelo filósofo e professor Manuel Sérgio, por entendermos que a disciplina deve ser pensada considerando do sujeito uno e complexo, que não só se movimenta, mas que a partir da ação motora é capaz de

refletir sobre suas ações em diversos contextos de seu cotidiano, como citado por Sérgio (1996, p. 20):

(...) a motricidade invoca a totalidade humana (corpo, espírito, natureza, sociedade), não só no desenvolvimento motor [...] a motricidade humana é estado e processo porque dele emergem um código genético, uma estratégia bioquímica, um sistema nervoso, um nível energético de base e também os fatores culturais, de aprendizagem e afinal tudo o que constitui a praxidade humana.

A partir da perspectiva da Motricidade Humana, a relação entre Educação Física e desenvolvimento moral está centrada na complexidade do ser humano, com a intenção de que o sujeito pense sobre seu movimento e corporeidade de uma forma consciente, em direção a sua transcendência. Não se trata mais do movimento pelo movimento, mas o movimento com sentido e significado, que se manifestaria através da dança, ginástica, esporte, jogo, ergonomia, educação especial e reabilitação (SERGIO, 1996).

Em razão da relação histórica que a Educação Física possui com o desenvolvimento moral, e por conta das características das aulas, não é raro a ideia de que o desenvolvimento moral ficaria garantido à medida que a criança participasse de uma situação de jogo ou modalidade esportiva contendo regras. Porém, como vimos, o desenvolvimento moral envolve muitos fatores, incluindo a qualidade da relação que o professor constrói com seus alunos, o que chamaremos de ambiente sociomoral. Devries & Zan (2018, p.17) definem o ambiente sociomoral como “toda a rede de relações interpessoais que forma a experiência da criança”. Segundo as autoras, no ambiente escolar essa rede é formada simultaneamente pela relação professor-aluno e pela relação das crianças entre si.

Ainda a respeito das relações sociais vividas pelas crianças, Lima & Saladini (2016, p.158) afirmam que “(...) para que o sujeito alcance sua autonomia moral, é preciso que aprenda a descentrar-se, refletir sobre suas ações, respeitar, cooperar, ajustar-se a diferentes pontos de vistas. Esse processo não é inato no ser humano; precisa ser desenvolvido”. Entendemos que a escola, nas aulas das diferentes disciplinas, pode se configurar como um espaço para o ensino e a aprendizagem de situações relacionadas ao desenvolvimento moral. Portanto, não se trata de uma preocupação exclusiva do professor de Educação Física, uma vez

que todos os envolvidos na formação do estudante devem estar imbuídos dessa tarefa.

É necessário ressaltarmos que, apesar de a escola ter um papel importante para o desenvolvimento moral da criança, ela não é a única instituição responsável por ele e, portanto, também não deve a ser a única a preocupar-se com isso, tampouco a única a ser responsabilizada por isso. A família é a primeira instância de formação da criança. De maneira consciente ou inconsciente, à medida que se relaciona com suas crianças, a família também influencia neste desenvolvimento, ou seja, a convivência em família tem relação direta com o desenvolvimento humano.

Para aprofundarmos a nossa reflexão sobre a relação entre Educação Física e o desenvolvimento moral, precisamos entender o que de fato significa a moralidade. Para isso, nos baseamos nos estudos de autores que se apoiaram na perspectiva da Epistemologia Genética. Em meio aos seus estudos direcionados aos estágios de desenvolvimento cognitivo da criança, Piaget também considerou importante tratar sobre o desenvolvimento moral.

Piaget considera que, assim como o ser humano adquire seus conhecimentos por uma relação que envolve sua bagagem genética e o meio social, ele também se desenvolve moralmente. Silva (2009), ao tratar do assunto, afirma que “as crianças não nascem com os conceitos morais prontos. A aprendizagem desses implica processos individuais de elaboração e reelaboração ao longo de toda a existência” (p. 24).

Assim como o desenvolvimento moral, a inteligência também é um processo de construção anterior (PIAGET, 1977 apud VINHA, 2000). Por isso, para discutirmos a respeito da moralidade, é necessário fazermos a relação com a racionalidade, pois estão diretamente associadas e acontecem de forma mútua. La Taille (2008, p.3) afirma que “é impossível pensar a moral ignorando a dimensão racional”, pois a moral está relacionada à motivação para fazer escolhas, e “toda escolha pressupõe o emprego de critérios”, que acontece de forma racional.

Sendo assim, para que a criança se desenvolva moralmente, é preciso que a sua estrutura cognitiva se desenvolva e acompanhe este processo. Vinha (2000, p.40), cita que, para Piaget, “as regras externas tornam-se próprias da criança somente se ela as constrói por sua livre vontade”, ou seja, para que a criança

assimile as regras e escolha segui-las a partir de um juízo moral, é necessário que ela tenha motivação para isso, e essa motivação se dá apenas se acompanhada por um desenvolvimento cognitivo.

[...] o processo de construção da moralidade ocorre da mesma forma que o das estruturas cognitivas, ou seja, somente se desenvolvem pelas trocas estabelecidas entre o organismo e o meio; essa interação é marcada pela busca do equilíbrio e da reciprocidade entre a ação do sujeito sobre o objeto e da ação do objeto sobre o sujeito. (VINHA, 2000, p. 97)

Piaget, em seu livro “O juízo moral na criança” (1977) procurou entender a motivação que as crianças se apoiam para seguir as condutas e regras estabelecidas pelos adultos. Para isso, considerou a existência de três tendências de juízo moral nas crianças: 1. pré-moralidade ou anomia, 2. heteronomia ou realismo moral, 3. autonomia moral. Essas três tendências não são propriamente estágios de desenvolvimento, mas “atitudes dominantes que foram encontradas em determinadas idades” (Piaget, 1932 apud Vinha, 2000, p. 53).

A fase da pré-moralidade se caracteriza pela ausência da consciência sobre regras e comportamentos, pois o bebê não possui o desenvolvimento de seus quadros mentais, sendo movido somente por suas “necessidades e benefícios próprios” (VINHA, 2000, p.54). Por volta de um ano e meio começam a surgir na criança as características de heteronomia, pois elas passam a demonstrar um certo acatamento às normas estabelecidas pelos adultos.

Essa relação adulto-criança na fase heterônoma é de “coerção ou controle”, pois “o adulto prescreve o que a criança deve fazer oferecendo regras prontas e instruções para o comportamento” (Devries & Zan, 2018, p. 54). Nessa fase, a criança já começa a reconhecer o que é certo e errado, mas somente guiada pelas instruções e regras constituídas pelos adultos que convive (VINHA, 2000).

É natural que os adultos utilizem de regras prontas impostas às crianças em determinadas situações, para regular e controlar suas atitudes, pois no período em que a criança começa a apresentar características da heteronomia, ela ainda não construiu a capacidade para assumir a perspectiva e colocar-se no lugar do “outro”, pensando sobre seus sentimentos e intenções (DEVRIES & ZAN, 2018). Para Piaget, o desenvolvimento moral da criança se inicia dessa forma, através da

autoridade e “legitimando as normas oriundas da pessoa que ela admira” (VINHA, 2000, p.84).

A partir do desenvolvimento das estruturas cognitivas da criança, ela começa a perceber em suas relações que também merece ser respeitada, dando início às relações de reciprocidade. A partir desse desenvolvimento, a criança “é capaz de pensar considerando as opiniões, os desejos e os sentimentos do outro” (VINHA, 2000, p.86). Para a autora, esse é o início de um caminho em direção a autonomia, ou o que Piaget chamou de moral autônoma. É importante lembrar que a passagem de uma moral heterônoma para autônoma só é possível caso o ambiente sociomoral em que a criança está inserido (familiar e escola, por exemplo) favoreça essas relações.

Em meio a suas pesquisas para entender os processos envolvidos na aprendizagem da criança, Piaget também procurou identificar como acontecia o desenvolvimento moral. Em seu livro “O juízo moral na criança” (1977) buscou saber quais seriam os motivos em que as crianças se apoiam para seguir as determinações, valores e condutas estabelecidas pelos adultos. Para isso, o autor utilizou como estratégia os jogos coletivos de regras para tratar sobre a moralidade humana.

La Taille et al. (1992) apresenta três razões para o uso dos jogos:

1. Os jogos representam uma atividade necessariamente regulada por normas (mesmo que essas possam ser modificadas pelo grupo de jogadores);
2. As normas em si não apresentam caráter moral, mas o respeito a elas sim;
3. O respeito às normas provém de mútuos acordos entre os jogadores, e não de regras impostas.

A partir dos estudos realizados por Piaget, trataremos no próximo tópico a respeito da relação dos jogos e o desenvolvimento moral.

O jogo como estratégia para o desenvolvimento moral

O jogo se caracteriza como um fenômeno cultural e histórico realizado desde os primórdios da humanidade (GALLO, 2007). Uma das características dos jogos é a existência de regras pré-estabelecidas, essenciais para que o jogo ocorra. Caetano (2014, p. 790) afirma que “durante muitas situações do

dia a dia, a criança vive cercada por regras, como no jogo. Quando a regra não é cumprida no jogo, ele não acontece.

As regras também são essenciais para que haja uma boa convivência, tanto em situações de jogos como em outras situações na escola. A regra estabelece limites, portanto:

Se não há o estabelecimento de limites e a construção do respeito entre os alunos, o desenvolvimento da moralidade e dos valores pode ficar distante do que eles poderão viver futuramente (CAETANO, 2014, p. 790).

A Base Nacional Comum Curricular (2018) traz o jogo como uma importante estratégia de aprendizagem desde a Educação Infantil. Já no Ensino Fundamental, os jogos e brincadeiras fazem parte das unidades temáticas da Educação Física.

A unidade temática Brincadeiras e jogos explora aquelas atividades voluntárias exercidas dentro de determinados limites de tempo e espaço, caracterizadas pela criação e alteração de regras, pela obediência de cada participante ao que foi combinado coletivamente, bem como pela apreciação do ato de brincar em si (BRASIL, 2018, p. 214).

Pelas características dos jogos e a relação com as regras, há uma visão equivocada a respeito da relação com o desenvolvimento moral. Muitas pessoas acreditam que, apenas pelo fato de seguir as regras do jogo, o estudante é capaz de desenvolver valores como respeito e cooperação. Essa mesma concepção está atrelada às aulas de Educação Física, em que acredita-se que as atividades realizadas em grupo podem garantir que a criança desenvolva sua socialização e moralidade (LIMA & SALADINI, 2016, p. 141).

A convicção de que uma disciplina ou atividade pode “ensinar” moralidade aos alunos está atrelada a uma perspectiva educacional empirista, onde o ensino é centrado no professor, e o estudante é visto apenas como um receptor de informações (DARSIE, 1999). Mas, como vimos, não há um conteúdo ou disciplina específica que irá garantir que as crianças desenvolvam sua moralidade na escola.

O desenvolvimento moral acontece através de um processo que abrange todos os contextos sociais que a criança está inserida, incluindo escola e

família. Sendo assim, todos que estão envolvidos com a aprendizagem da criança no ambiente escolar precisam pensar juntos a respeito do ambiente sociomoral que está sendo construído para os estudantes. Lima & Saladini (2016) afirmam que

Refletir sobre o processo de socialização nas aulas de Educação Física não se trata de garantir exclusividade dessas discussões para essa disciplina, pois a temática da formação moral do sujeito deve ser objeto de preocupação de todos os envolvidos no contexto escolar, especificamente os professores (p. 141).

Sendo assim, apenas o fato de conhecer e seguir regras em determinadas atividades ou disciplinas não contribui para o desenvolvimento moral do aluno, porque é necessário entender a motivação que está por trás de suas atitudes. Por exemplo: o estudante pode apenas seguir regras por imposição do professor, ou medo de ser punido. Isso de fato garante o desenvolvimento dessa criança?

Um estudante que segue regras apenas pela vigilância, apresenta características de uma criança ainda em fase heterônoma, que não entende a motivação de segui-las, e não reflete criticamente sobre elas. La Taille et al. (1992) descreve essa fase como:

(...) uma fase durante a qual as normas morais ainda não são elaboradas, ou reelaboradas pela consciência. Por conseguinte, não são entendidas a partir de sua função social. O dever significa tão somente obediência a uma lei revelada e imposta pelos adultos. As razões de ser destas leis são desconhecidas; logo, não entram como critério para o juízo moral (p.52).

Sendo assim, o que irá trazer possibilidades para que o estudante desenvolva sua moralidade em situações de jogos nas aulas de Educação Física será a intervenção do professor, e o ambiente sociomoral construído durante as aulas. Sendo Devries & Zan (2018), o ambiente sociomoral afeta diretamente o desenvolvimento social e moral dos estudantes e, mesmo que não seja da consciência dos professores, esse tema é parte do cotidiano da sala de aula, pois “[...] os professores dizem às crianças o que estas devem e o que não devem fazer, o que as crianças escutam é o que é bom ou mau, certo e errado” (p.35).

Por isso, mesmo que não haja consciência do ambiente sociomoral construído pelo professor, ele faz parte de um currículo implícito, pois está

diretamente relacionado ao processo de ensino e de aprendizagem do estudante. “É implícito e desconhecido para professores que não estão conscientes do ambiente socio-moral que oferecem” (Devries & Zan, 2018, p.35).

Para Piaget (1994), um ambiente sociomoral pode se organizar de diferentes formas, podendo ser um ambiente cooperativo ou coercitivo. Em um ambiente cooperativo, o professor propicia que a criança pratique a discussão; o respeito mútuo; a troca de ideias, pontos de vistas e informações e, dessa forma, vença seu egocentrismo. Através desse ambiente a criança terá oportunidade de desenvolver sua autonomia, substituindo as relações fundamentadas na obediência por outras baseadas na reciprocidade (FRICK, 2012).

Em um ambiente cooperativo, as regras existem, mas são articuladas em conjunto com os estudantes. Devries & Zan (2018, p. 27) afirmam que esse ambiente sociomoral dá às aulas uma sensação de “comunidade”, pois o professor busca encorajar e ouvir as crianças. A respeito das regras do jogo, Caetano (2014, p. 791) afirma que “é necessário que o aluno compreenda que as regras são construções coletivas e, caso concorde, pode contribuir para que seja alterada, de acordo com o grupo” (p. 791).”

Já em um ambiente coercitivo, as relações são construídas no respeito unilateral e na imposição de regras prontas, nesse caso, pelo professor. De La Taille et al. (1992) descreve esse ambiente por possuir “uma relação assimétrica, na qual um dos pólos impõe ao outro suas formas de pensar, seus critérios, suas verdades.” Essas características contribuem para que a criança se mantenha com os traços de uma moral heterônoma, pois:

Segundo Piaget, as relações de coação são contraditórias com o desenvolvimento intelectual das pessoas a ela submetidas. No caso específico das crianças, ela reforça o egocentrismo, que, entre outras coisas, representa justamente a dificuldade de se colocar no ponto de vista do outro e assim estabelecer, com ele, relações de reciprocidade (DE LA TAILLE, 1992, p. 59).

Dessa forma, o resultado obtido por nossa pesquisa aponta que o jogo pode ser uma ferramenta para o desenvolvimento moral dos estudantes nas aulas de Educação Física, a depender do ambiente sociomoral desenvolvido pelo

professor. Pensar sobre a forma que os estudantes têm se relacionado entre si e com os professores é essencial para a formação desses alunos e também para a atuação docente.

Não basta apenas que o estudante seja submetido ao jogo de regras, mas que o ambiente sociomoral estimule a reciprocidade; o colocar-se no lugar do outro. Um ambiente onde o professor investe na cooperação e no diálogo, discutindo as regras e características de cada jogo. Só assim o estudante irá desenvolver valores como o respeito, justiça, entre outros.

O professor de Educação Física tem o compromisso, juntamente com a família e a escola, no desenvolvimento moral dos estudantes, e que os jogos podem tornar-se importantes aliados nesse processo, a depender da maneira que forem conduzidos durante as aulas.

Conclusão

Traçamos como objetivo de nossa pesquisa identificar, nas aulas de Educação Física, as possíveis contribuições dos jogos para o desenvolvimento moral dos estudantes. Os jogos são objeto de conhecimento da Educação Física, e fazem parte das unidades temáticas do componente curricular, definidos pela BNCC (2018).

Os jogos se caracterizam por uma manifestação cultural que atravessa gerações, podendo ser criados e recriados em diferentes culturas e espaços, o que traz diversas possibilidades enquanto ferramenta pedagógica para o professor, e um meio de aprendizagem para o estudante.

Há uma visão equivocada de que, somente participando do jogo com regras, o estudante desenvolva valores morais como colocar-se no lugar do outro; respeitar o próximo, entre outros. A respeito da moralidade e de como se dá o processo de organização, podemos concluir com nossos estudos que o desenvolvimento moral é um processo de construção interior, assim como a inteligência, e está relacionada ao desenvolvimento de nossas crenças, valores e sentimentos experimentados em nossas relações sociais. Sendo assim, não há um conteúdo específico capaz de garantir que o estudante se desenvolva moralmente.

Através de nossos estudos, entendemos que existem formas distintas de que o jogo e suas regras sejam ensinados nas aulas de Educação Física, e isso está relacionado ao ambiente sociomoral construído pelos professores e restante do corpo escolar. Neste trabalho, nos baseamos em dois tipos de ambientes sociomorais, definidos por Piaget (1994): um ambiente cooperativo e um ambiente coercitivo.

Em um ambiente cooperativo, o professor propicia que a criança pratique a discussão; o respeito mútuo; a troca de ideias, pontos de vistas e informações durante o jogo. As regras são importantes neste ambiente, mas são discutidas entre todos os estudantes, e não impostas pelo professor. Dessa forma, o estudante tem a oportunidade de compreender a perspectiva do outro e adquirir valores para uma boa convivência e para o desenvolvimento moral. Por outro lado, um ambiente coercitivo se caracteriza pelo respeito unilateral e imposição de regras prontas. O estudante pode até segui-las durante o jogo, mas não entende a real motivação.

Para que o estudante se desenvolva moralmente a partir dos jogos nas aulas de Educação Física, o professor e a escola precisam pensar qual ambiente sociomoral desejam oferecer aos estudantes, o que de fato ocorre nas escolas e as implicações para o desenvolvimento humano.

Dessa forma, acreditamos que é por meio de uma prática pedagógica que valorize um ambiente sócio moral cooperativo, democrático e que vise a autonomia dos estudantes, que os jogos poderão contribuir no processo de desenvolvimento moral do estudante.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Base nacional comum curricular**. Brasília, DF, 2018. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/#/site/inicio>>. Acesso em: 14 fev. 2023.

CAETANO, Alessandra. O jogo nas aulas de Educação Física e suas implicações no desenvolvimento moral. **Pensar a Prática**, v. 17, n. 3, 2014. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/index.php/fef/article/view/25850>. Acesso em: 14 fev. 2023.

DARSIE, Marta Maria Pontin. Perspectivas Epistemológicas e suas Implicações no Processo de Ensino e de Aprendizagem. **UNICIÊNCIAS**, v. 3, n. 1, 1999. Disponível em: < <https://revista.pgsskroton.com/index.php/uniciencias/article/view/1396>>. Acesso em: 09 fev. 2023.

DEVRIES, Rheta; ZAN, Betty. **A ética na educação infantil: o ambiente sócio-moral na escola**. Artmed Editora, 2018.

FRICK, Loriane Trombini. A prática de resolução de conflitos em ambientes sociomoraís cooperativos e coercitivos em situação escolar. **XVI ENDIPE-Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino-UNICAMP**, p. 14-25, 2012. Disponível em: < <http://endipe.pro.br/ebooks-2012/3396c.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2023.

GALLO, Sérgio Nesteriuk. Jogo como elemento da cultura: aspectos contemporâneos e as modificações na experiência do jogar. 2007. Disponível em: < <https://repositorio.pucsp.br/handle/handle/4906>>. Acesso em: 15 mar. 2023.

GHIRALDELLI, Paulo. **Educação física progressista**. Edições Loyola, 1991.

LA TAILLE, Yves Joel Jean-Marrie et al. Construção da consciência moral. **Prima Facie revista de ética**, n. 2, p. 7-30, 2008. Disponível em: <https://acervodigital.unesp.br/handle/123456789/225>. Acesso em: 10 mar. 2023.

LA TAILLE, Yves de; OLIVEIRA, Marta Kohl de; DANTAS, Heloysa de Lima. **Piaget, Vygotsky, Wallon: teorias psicogenéticas em discussão**. 1992.

LIMA, Thiago Corado; SALADINI, Ana Cláudia. INTERVENÇÃO DOCENTE:: O PROCESSO DE SOCIALIZAÇÃO NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA. **Schème: Revista Eletrônica de Psicologia e Epistemologia Genéticas**, v. 8, n. 2, p. 138-160, 2016. Disponível em: < <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/scheme/article/view/6643>> Acesso em: 09 mar. 2023.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Técnicas de pesquisa. **São Paulo: Atlas**, 1990.

PIAGET, Jean. **O juízo moral na criança**. Grupo Editorial Summus, 1994.

PIAGET, Jean. **O julgamento moral na criança**. São Paulo, Mestre Jou (ed. Orig. 1932), 1977.

SÉRGIO, Manuel. **Epistemologia da Motricidade Humana**. Lisboa: Faculdade de Motricidade Humana, 1996.

SILVA, Luana Cristine Franzini da. **Intervenções em situações de conflitos interpessoais nas aulas de Educação Física**. 2009. 207f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2009. Disponível em: <<http://www.uel.br/pos/mestrededu/images/stories/downloads/dissertacoes/2009/2009%20-%20SILVA,%20Luana%20Cristine%20Franzini%20da.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2023.

SOARES, Carmen Lúcia. **O pensamento médico higienista e a Educação Física no Brasil: 1850-1930**. 1990. 256f. Dissertação (Mestrado em Educação: História, Política, Sociedade) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política, Sociedade, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1990. Disponível em: <<https://tede.pucsp.br/handle/handle/22582>>. Acesso em: 2 de fev. 2023.

VINHA, Telma Pileggi. **O educador e a moralidade infantil: uma visão construtivista**. Campinas, SP: Mercado de Letras; São Paulo: Fapesp, 2000.

Endereço do autor(es):

bianca.franca30@uel.br

anaclaudiasaladini@gmail.com

Linha 1 - Saberes Docentes, Currículo, Inclusão.